

Contrato nº 08.1.0.00.00468/2022

Processo nº 50608.000861/2021-60

Unidade Gestora: Superintendência Regional do DNIT no Estado de São Paulo**TERMO DE CONTRATO Nº 08.1.0.00.00468/2022 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA A ATUAR NA UNIDADE LOCAL DE BAURU, QUE FAZEM ENTRE SI A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES NO ESTADO DE SÃO PAULO E A EMPRESA TEIXEIRA & CALADO SEGURANÇA LTDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA, NA FORMA ABAIXO:**

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, ente autárquico federal vinculado ao Ministério da Infraestrutura, com sede na capital do Distrito Federal, Setor da Autarquia Norte SAN, Edifício Núcleo dos Transportes, Quadra 03, Lote A, Cep.: 70040-902, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.892.707/0001-00, através da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.892.707/0017-78, com endereço na Rua Ciro Soares de Almeida, nº 180 - Jardim Andaraí – São Paulo/SP – Cep.: 02167-000, doravante simplesmente denominado DNIT ou CONTRATANTE, representado pelo Superintendente Regional no Estado de São Paulo/DNIT, Sr. Sergio Henrique Codelo Nascimento, com poderes constantes na Portaria nº 7.013 de 07 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União – D.O.U. do dia 14 de dezembro de 2021 -Seção 1, e do outro lado, a empresa **TEIXEIRA & CALADO SEGURANÇA LTDA**, localizada na Rua Marconi nº 388 - Bairro Vila Clélia, CEP 016401-345 - Lins/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.071.312/0001-09, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, representada pelo seu Representante Legal o Sr. Eptacio Teixeira Calado Filho, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 5 [REDACTED]-5 SSP/SP, portador do C.P.F. nº 711 [REDACTED]-63, conforme documentação que fica arquivada na sede da Superintendência Regional no Estado de São Paulo/DNIT, tendo em vista o que consta no Processo nº 50608.000861/2021-60, e o resultado final do Pregão Eletrônico nº 0361/2021-08, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de vigilância armada para a manutenção dos Ativos Ferroviários localizados no Estado de São Paulo, na Unidade Local de Bauru, compreendendo toda área interna e externa, com o fornecimento de materiais, equipamentos e toda mão de obra, executada de forma direta e contínua 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias de semana, ininterruptamente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas abaixo:

Item	Descrição do Item (Objeto)	Quantidade de Postos	Valor (R\$)		
			Unitário	Mensal	Anual
1	Posto de vigilante armado 24 horas - de 2ª a domingo - escala 12x36 - Pátio Ferroviário/Escritório	1	21.458,32	21.458,32	257.499,84
2	Posto de vigilante armado 24 horas - de 2ª a domingo - escala 12x36 - Pátio de Triagem	3	21.458,32	64.374,96	772.499,52
GLOBAL (12 MESES)					R\$ 1.029.999,36

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de 08/10/2022 e encerramento em 08/10/2023, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e seja observado o disposto no Anexo IX da IN Seges/ME n.º 05/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - 2.1.2. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 2.1.3. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - 2.1.4. seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
 - 2.1.5. haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação; e
 - 2.1.6. seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 85.833,28 (oitenta e cinco mil oitocentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos), perfazendo o total anual de R\$ 1.029.999,36 (um milhão, vinte e nove mil novecentos e noventa e nove reais e trinta e seis centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 393025

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 173944

Elemento de Despesa: 339037

4.2. No (s) exercício (s) seguinte (s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. **CLÁUSULA QUINTA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos Item 22 do Termo de Referência, e no Anexo XI da IN Seges/ME nº 5/2017, e ainda:

5.1.1. o pagamento mensal fica condicionado à satisfação de todas as condições estabelecidas neste contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;

5.1.2. os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da CONTRATADA que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela CONTRATANTE em conta vinculada específica, aberta em nome da CONTRATADA e com movimentação autorizada pela CONTRATANTE.

6. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO**

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo do valor contratual são as estabelecidas no Item 24 do Termo de Referência e na Seção 24 do Edital nº 0361/2021-08.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes na seção 25 do Termo de Referência e seção 14 do Edital nº 0361/2021-08.

7.2. A garantia em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação no prazo de até noventa dias, contados da data de encerramento do contrato, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507/2018, observada a legislação que rege a matéria.

7.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN Seges/ME nº 5/2017.

7.4. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista nesta cláusula.

8. **CLÁUSULA OITAVA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O modelo de execução dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados, a disciplina do recebimento do objeto e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles indicados no Item 20 do Termo de Referência.

9. **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE são as estabelecidas no Item 17 do Termo de Referência, e ainda:

9.1.1. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados que efetivamente participarem da execução do contrato, especialmente:

9.1.1.1. ao pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

9.1.1.2. a concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

9.1.1.3. aos depósitos do FGTS; e

9.1.1.4. o pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. As obrigações da CONTRATADA são as estabelecidas na seção 18 do Anexo I do Edital nº 0361/2021-08, e ainda:

10.1.1. responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

10.1.2. responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, conforme dispõe o art. 71, Parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993;

10.1.3. apresentar declaração de que garante aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

10.1.4. apresentar declaração de que cumpre a observância dos preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

10.1.5. apresentar declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

10.1.6. manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

10.1.7. fornecer sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;

10.1.7.1. a ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

10.1.7.2. ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

10.1.7.3. o sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas; e

10.1.7.4. tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

10.1.8. Observar as cláusulas que asseguram direitos trabalhistas dispostas na Instrução Normativa nº 6/2018, do Ministério da Economia;

10.2. A CONTRATADA deverá observar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (Posic) do DNIT e suas normas complementares, devendo ainda:

10.2.1. tomar conhecimento desta Posic;

10.2.2. fornecer listas atualizadas da documentação dos ativos, licenças, acordos ou direitos relacionados aos ativos de informação objetos do contrato, se houver; e

10.2.3. fornecer toda a documentação dos sistemas, produtos, serviços relacionados às suas atividades, se houver.

10.3. A CONTRATADA deverá divulgar as disposições contidas nesta Posic e suas normas complementares aos seus empregados e prepostos envolvidos em atividades no DNIT, cabendo aos usuários:

10.3.1. conhecer e cumprir todos os princípios, diretrizes e responsabilidades desta Posic, bem como os demais normativos e resoluções relacionados à SIC;

10.3.2. obedecer aos requisitos de controle especificados pelos gestores e custodiantes da informação; e

10.3.3. comunicar os incidentes que afetam a segurança dos ativos de informação e comunicações à ETIR.

10.4. A CONTRATADA deverá observar o estabelecido na Instrução Normativa DNIT nº 19, de 28 de abril de 2021, que trata sobre os procedimentos na gestão de contratos com empresas inscritas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA PARA A QUITAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTA**

11.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

11.2. A futura CONTRATADA deve autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

11.4. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

11.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;
- b) férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d) encargos sobre 13º (décimo terceiro) salário.

11.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.7. O saldo da conta depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

11.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

11.9. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

11.10. A empresa CONTRATADA poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

11.11. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

11.12. A autorização e movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

11.13. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

11.14. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As sanções relacionadas à execução do contrato, são aquelas previstas na Instrução Normativa DG-DNIT nº 6, de 24 de maio de 2019, bem como na Lei nº 8.666/1993.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO**

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº 8.666/1993, e com as consequências indicadas no Art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. amigavelmente nos termos do Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

13.4. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido de:

13.4.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

13.4.3. indenizações e multas.

13.5. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pela CONTRATADA das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho (art. 64 a 66 da IN Seges/ME nº 5/2017).

13.6. Até que a CONTRATADA comprove o disposto no item anterior, a CONTRATANTE reterá:

13.6.1. a garantia contratual, prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela CONTRATADA, que será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

13.6.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

- 13.7. A CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do Art. 80 da Lei nº 8.666/1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.
- 13.8. O contrato poderá ainda ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018.
- 13.9. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação aos empregados da contrata que efetivamente participaram da execução do contrato poderá dar ensejo à rescisão do contrato, por ato unilateral e escrito, por parte da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (Art. 8º, inciso IV, do Decreto nº 9.507/2018).
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES**
- 14.1. É vedado a CONTRATADA:
- 14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 14.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**
- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, bem como do ANEXO X da IN/Seges/ME nº 05/2017.
- 15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA**
- 16.1. O presente Contrato fundamenta-se:
- I - na [Lei nº 8.666/1993](#);
- II - na [Lei nº 10.520/2002](#) e no [Decreto nº 5.450/2005](#);
- III - na [Lei nº 8.078/1990](#) – Código de Defesa do Consumidor, no que couber;
- IV - demais normativos legais atinentes ao tema.
- 16.2. O presente Contrato vincula-se aos termos:
- I - do Edital do Pregão Eletrônico nº 0360/2021-08 e seus anexos;
- II - da proposta homologada da CONTRATADA.
17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CASOS OMISSOS**
- 17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei nº 10.520/2002, na Instrução Normativa DNIT nº 6/2019, alterada pela IN DNIT nº 52/2021 (Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR) e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e nas normas e princípios gerais dos contratos.
18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**
- 18.1. A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do Art. 61 da [Lei nº 8.666/1993](#).
19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**
- 19.1. É eleito o Foro da cidade de São Paulo/SP para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

(assinado eletronicamente)

EPITACIO TEIXEIRA CALADO FILHO

Representante Legal - Teixeira & Calado Segurança LTDA

(assinado eletronicamente)

SERGIO HENRIQUE CODELO NASCIMENTO

Superintendente Regional do DNIT - SR/SP



Documento assinado eletronicamente por **Epitácio Teixeira Calado Filho**, **Usuário Externo**, em 06/09/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Henrique Codelo Nascimento**, **Superintendente Regional no Estado de São Paulo**, em 06/09/2022, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12354439** e o código CRC **6075A290**.

Coordenação de Administração e Finanças:

Processo nº 50608.000861/2021-60

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS

Pela presente Ordem fica a Empresa **TEIXEIRA E CALADO SEGURANÇA LTDA**, autorizada a iniciar, a partir de **08/10/2022** até **08/10/2023**, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, a execução da prestação de serviços contínuos de vigilância armada para a manutenção dos Ativos Ferroviários localizados no Estado de São Paulo, na Unidade Local de Bauru, compreendendo toda área interna e externa, com o fornecimento de materiais, equipamentos e toda mão de obra, executada de forma direta e contínua 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias de semana, ininterruptamente, objeto do Contrato nº 08.1.0.00.00468/2022 celebrado em razão do Pregão Eletrônico nº 0361/2021-08, constante do Processo nº 50608.000861/2021-60.

São Paulo/SP, 01 de setembro de 2022.

(assinado eletronicamente)

eletronicamente)

(assinado

EPITACIO TEIXEIRA CALADO FILHO
HENRIQUE CODELO NASCIMENTO

SERGIO

Representante Legal - Teixeira & Calado Segurança LTDA
Superintendente Regional do DNIT - SR/SP



Documento assinado eletronicamente por **Epitácio Teixeira Calado Filho, Usuário Externo**, em 06/09/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Henrique Codelo Nascimento, Superintendente Regional no Estado de São Paulo**, em 06/09/2022, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12354441** e o código CRC **691E85E9**.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 525/2022 - UASG 393012

Nº Processo: 50610.000616/2022-94.
Pregão Nº 175/2022. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO RS - DNIT.
Contratado: 08.233.169/0001-01 - BIOSFERA - PLANEJAMENTO E CONSULTORIA AMBIENTAL S/S LTD. Objeto: Execução dos serviços de gestão ambiental das atividades de dragagem, operação de hidrovia e manutenção e operação das barragens e eclusas sob jurisdição do DNIT/RS.
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 04/10/2022 a 04/10/2027. Valor Total: R\$ 2.289.993,43. Data de Assinatura: 29/09/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/09/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2022 - UASG 393012

Número do Contrato: 259/2020.
Nº Processo: 50610.007140/2019-17.
Pregão. Nº 58/2020. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO RS - DNIT.
Contratado: 95.818.399/0001-29 - CARPENEDO CIA LTDA. Objeto: Reequilíbrio Econômico-Financeiro, em decorrência da elevação extraordinária e imprevisível dos custos de aquisição dos materiais betuminosos, autorizado pelo Superintendente Regional no estado do Rio Grande do Sul/DNIT, conforme despacho SRE-RS SEI 12423130 constante do processo administrativo 50610.004213/2022-14. Cláusula Primeira - Visando restabelecer as condições iniciais do contrato, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista os aumentos procedidos pela Petrobrás nos itens cimentos asfálticos de petróleo e asfaltos diluídos, adota-se uma parcela de reajustamento extraordinário: Ressarcimento devido REF conforme Resolução/DNIT n.º 13/2021 - período jul/2021 a mai/2022. O valor total do presente aditivo é de R\$ 186.760,97 (cento e oitenta e seis mil setecentos e sessenta reais e noventa e sete centavos). Vigência: 03/10/2022 a 18/04/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 25.465.870,86. Data de Assinatura: 30/09/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/09/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 5/2022 - UASG 393012

Número do Contrato: 814/2019.
Nº Processo: 50610.001201/2019-32.
Pregão. Nº 185/2019. Contratante: SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO RS - DNIT.
Contratado: 02.955.426/0001-24 - NEOVIA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA LTDA. Objeto: Reequilíbrio Econômico-Financeiro, em decorrência da elevação extraordinária e imprevisível dos custos de aquisição dos materiais betuminosos, autorizado pelo Superintendente Regional no estado do Rio Grande do Sul/DNIT, conforme despacho SRE-RS SEI 12475572 constante do processo administrativo 50600.035777/2022-18. Cláusula Primeira - Visando restabelecer as condições iniciais do contrato, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro, tendo em vista os aumentos procedidos pela Petrobrás nos itens cimentos asfálticos de petróleo e asfaltos diluídos, adota-se uma parcela de reajustamento extraordinário: Ressarcimento devido REF conforme Resolução/DNIT n.º 13/2021 - período jul/2021 a jun/2022. O valor total do presente aditivo é de R\$ 108.416,76 (cento e oito mil quatrocentos e dezesseis reais e setenta e seis centavos).. Vigência: 03/10/2022 a 23/09/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 38.820.278,27. Data de Assinatura: 30/09/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/09/2022).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RONDÔNIA

EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 70/2020 - UASG
|CONTRATOHISTORICO_GETUNIDADE|

Nº Processo: 50622.001185/2019-49. Contratante: SUPERINTEND. REG. NO ESTADO DE RO-DNIT. Contratado: 08.448.846/0001-09 - EB INFRA CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: FICA REINCIDIDO AMIGAVELMENTE O CONTRATO, POR RAZÕES DE RECÉM CONTRATAÇÃO PARA O SEGUIMENTO, CUJO O OBJETO É EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (CONSERVAÇÃO/RECUPERAÇÃO), PLANO ANUAL DE TRABALHO E ORÇAMENTO - P.A.T.O. NA RODOVIA BR-364/RO; TRECHO: ENTR. BR-174 (A) (DIV. MT/RO) - DIV. RO/AC; SUBTRECHO: PONTE SOBRE O RIO JACI PARANÁ - INÍCIO TRAVESSIA RIO MADEIRA; SEGMENTO: KM 799,0 AO KM 937,6; EXTENSÃO: 138,6 KM. Fundamento Legal no Art. 79, inciso II e §1º da Lei nº 8.666, de 1993, bem como no Contrato o Parágrafo Terceiro da Cláusula Primeira - Fundamento Legal e Cláusula Décima Segunda - da Rescisão do Contrato. Data de Rescisão: 29/09/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/09/2022).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 468/2022 - UASG 393025

Nº Processo: 50608.000861/2021-60.
Pregão Nº 361/2021. Contratante: SUPERINTENDÊNCIA REG. NO ESTADO SP - DNIT.
Contratado: 14.071.312/0001-09 - TEIXEIRA & CALADO SEGURANÇA LTDA. Objeto: Prestação de serviços contínuos de vigilância armada para a manutenção dos ativos ferroviários localizados no Estado de São Paulo, na Unidade Local de Bauru, compreendendo toda área interna e externa, com o fornecimento de materiais, equipamentos e toda mão de obra, executada de forma direta e contínua 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias de semana, ininterruptamente..
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 08/10/2022 a 08/10/2023. Valor Total: R\$ 1.029.999,36. Data de Assinatura: 06/09/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/09/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 468/2022 - UASG 393025

Nº Processo: 50608.000861/2021-60.
Pregão Nº 361/2021. Contratante: SUPERINTENDÊNCIA REG. NO ESTADO SP - DNIT.
Contratado: 14.071.312/0001-09 - TEIXEIRA & CALADO SEGURANÇA LTDA. Objeto: Prestação de serviços contínuos de vigilância armada para a manutenção dos ativos ferroviários localizados no Estado de São Paulo, na Unidade Local de Bauru, compreendendo toda área interna e externa, com o fornecimento de materiais, equipamentos e toda mão de obra, executada de forma direta e contínua 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 7 (sete) dias de semana, ininterruptamente..
Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 08/10/2022 a 08/10/2023. Valor Total: R\$ 1.029.999,36. Data de Assinatura: 06/09/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 30/09/2022).

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES DE RECEITASAVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 200/ADLI-2/SBPP/2022

Obj: Concessão de uso de área para escritório administrativo de empresa de transporte terrestre para atender exclusivamente passageiros do Aeroporto Internacional de Ponta Porã. Abertura 17/10/2022 às 09:00 h. Edital: www.infraero.gov.br e www.licitacoes-e.com.br (ID 965729) Inf.: (61) 3312-3457/3748

ALEXANDRE RAMOS
Coordenador

COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES DE DESPESAS

AVISO DE PENALIDADE

Objeto: A INFRAERO informa que foi aplicada à empresa ESAERO - EMPRESA DE SERVIÇOS AEROPORTUÁRIOS LTDA, CNPJ nº 08.112.107/0001-33, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitações e de impedimento do direito de licitar e contratar com a Infraero, pelo prazo de 7 (sete) meses, contados a partir da data desta publicação, com inclusão da penalidade no SICAF, com fulcro no item 4.3.1 do Edital da Licitação nº 048/ADLI-3/SBSO/2022, por apresentar declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Ato Administrativo nº SEDE-AAD-2022/02309, de 30/09/2022. Informações: licitabr@infraero.gov.br (61) 3312-3066 / 3550.

CELSO PEQUENO CERQUEIRA
Presidente da Comissão de Licitação

GERÊNCIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE CONTRATOS
CONTÍNUOS

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS CONTÍNUOS

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº 140-PS/2022/0001
Contratante: INFRAERO, CNPJ: 00.352.294/0001-10. Contratada: TELEMÍDIA SISTEMAS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ: 05.026.942/0001-62. Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de link de internet dedicado com 10 mbps de velocidade, com serviço de instalação, implantação, configuração e manutenção para atender o Aeroporto de Poços de Caldas-SBPC. Valor global: R\$ 7.908,00. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 158/ADLI-1/SEDE/2022. Recursos Orçamentários: 001.311.06.006-7.19.808-4. Vigência: 12 meses, contados a partir da assinatura do contrato.

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº 141-PS/2022/0001
Contratante: INFRAERO, CNPJ: 00.352.294/0001-10. Contratada: CIELO S.A., CNPJ: 01.027.058/0001-91. Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços de captura, transmissão e processamento das transações via cartão de crédito/débito, compensação e liquidação financeira à Infraero do valor líquido das transações efetuadas e aluguel de maquinas. Valor global: R\$ 11.542,67. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 101/ADLI-3/SEDE/2022. Recursos Orçamentários: 001.31105021-2.20123-0 e 001.31105004-1.20123-0. Vigência: 90 dias, contados a partir de 26/09/2022 e término em 25/12/2022.

COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º SEI: 50903.003024/2021-58. ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 019/2022. CONTRATANTE: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA. CONTRATADA: GUTEMBERG BARROS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA. CNPJ n.º: 10.953.611/0001-08. AUTORIZAÇÃO: Diretoria Executiva da CODEBA - Direx, conforme ata de sua 327ª reunião ordinária, em 19/09/2022. OBJETO: prorrogar a vigência a partir de 27/09/2022 e o prazo de execução do Contrato a partir de 13/09/2022. PREÇO: - Não há reflexo financeiro ao Contrato Administrativo n.º 019/2022 em decorrência do presente Aditivo. PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 dias. DATA DE ASSINATURA: 30/09/2022. SIGNATÁRIOS: CARLOS AUTRAN DE OLIVEIRA AMARAL e JENNER AUGUSTO DA SILVEIRA KRUSCHEWSKY (Diretores da CODEBA); GUTEMBERG BARROS CAVALCANTI (Sócio-administrador).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º SEI: 50903.000201/2020-63. ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo ao Contrato n.º 034/2017. CONTRATANTE: COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA. CONTRATADA: a SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.. CNPJ n.º: 69.034.668/0001-56. AUTORIZAÇÃO: a Diretoria Executiva da CODEBA (Direx) e Conselho de Administração da CODEBA (Consad), conforme a ata de sua 323ª Reunião Ordinária, realizada em 24/08/2022. OBJETO: prorrogar, excepcionalmente, com fulcro no §4º, do art. 57 da Lei 8.666/93, a vigência e o prazo de execução do Contrato n.º 034/2017 contados a partir de 17/10/2022. PREÇO: R\$ 4.815.044,00 (quatro milhões oitocentos e quinze mil e quarenta e quatro reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses. DATA DE ASSINATURA: 30/09/2022. SIGNATÁRIOS: CARLOS AUTRAN DE OLIVEIRA AMARAL e JENNER AUGUSTO DA SILVEIRA KRUSCHEWSKY (Diretores da CODEBA); GIOVANA VIEIRA ALVES (Procuradora).

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 54/2021; CONTRATANTE: Companhia Docas do Pará - CDP; CONTRATADO: CONSTRUMAIS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI; OBJETO: Fica prorrogado pelo período de cento e oitenta dias o prazo de vigência e execução do contrato ora aditado; VALOR GLOBAL: R\$ 1.900.000,0000 (um milhão e novecentos mil reais); FUNDAMENTAÇÃO: Art. 111 e 112 do Regulamento de Licitações e Contratos da CDP c/c art. 72 da Lei nº 13.303/2016; DATA DA ASSINATURA: 12/08/2022; SIGNATÁRIOS: Eduardo Henrique Pinto Bezerra e Alexandre Ernesto Corrêa Sampaio, respectivamente Diretor Presidente e Diretor de Gestão Portuária - CDP, José Brito Filho, Representante legal da contratada

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO Nº 24/2022

Fica revogada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 50901.000604/2021. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa de consultoria e apoio a implementação de sistema integrado de gestão nas normas ISO 14001/2015 e ISO 45001/2018" No porto de Vila do Conde e Santarém

MARIA DEL PILAR MANSUR SARIA
Pregoeira

(SIDECA - 30/09/2022) 399005-38914-2022NE002205

